

SECRETO



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Ministro

Novembro

CONSELHO DE MINISTROSSÚMULA DAS DELIBERAÇÕES TOMADAS EM5 DE NOVEMBRO DE 1974

Presentes todos os Ministros à excepção do Ministro Sem Pasta Victor Alves, ausente em missão.

Participou dos trabalhos o Subsecretário de Estado da Comunicação Social.

I. ANTES DA ORDEM DO DIA

- 1.1. O Primeiro Ministro colocou ao Conselho o problema do assalto à sede do C.D.S., dando conta dos factos ocorridos.
- 1.2. O Ministro da Administração Interna deu alguns esclarecimentos complementares e, por sua vez, colocou ao Conselho o problema do comício do MRPP marcado para os dias 22 e 23 de Novembro.
- 1.3. O Ministro da Educação e Cultura deu também conhecimento dos factos ocorridos na Univerisdade do Porto.
- 1.4. O Ministro do Trabalho informou da presença de brasileiros nos incidentes ocorridos com a C.D.S., tendo



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Ministro

2

sido, designadamente, um brasileiro o agressor de Sal^udanha Sanches.

- 1.5. O Ministro Álvaro Cunhal salientou a coincidência destas acções com movimentos reaccionários e referiu que, em sua opinião, este tipo de atitudes deve ser reprimido, uma vez que se trata duma campanha organizada contra o Governo. Propõe, designadamente, a interdição do Movimento implicado.
- 1.6. O Ministro do Trabalho, em aditamento à sua informação anterior, deu indicações sobre o conflito de trabalho em curso no Hotel Sheraton.
- 1.7. O Ministro do Equipamento Social manifestou a sua concordância com a posição do Ministro Álvaro Cunhal relativamente à interdição de actividade deste tipo de agrupamentos e acções.
- 1.8. O Ministro dos Assuntos Sociais sustentou deverem distinguir-se duas questões: a contra-manifestação e o assalto à sede da C.D.S..
Considera que as polícias devem actuar com eficácia na prevenção e repressão deste tipo de atitudes.
- 1.9. O Ministro da Justiça considerou urgentemente necessária a defesa da ordem democrática, nomeadamente através da actuação das polícias.



SECRETO

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Ministro

3

Citou a tentativa de julgamento popular ocorrida em Vila Franca de Xira.

Quanto a decisões, entende que elas só podem ser tomadas após inquérito: só um julgamento permitirá levar a condenações.

- 1.10. O Ministro dos Negócios Estrangeiros deu conhecimento dos incidentes tal como lhe haviam sido relatados. Manifestou a sua opinião sobre as repercussões internacionais do incidente.

Lembrou também que, embora esteja de acordo com o inquérito, há factos já comprovados que implicam actuações, muito embora a proibição dum movimento político não possa isolar-se duma maior ponderação dos prós e contras.

- 1.11. O Ministro da Coordenação Interterritorial pronunciou-se também no sentido da existência clara de infracções à legalidade.

- 1.12. Verificaram-se novas intervenções dos Ministros da Administração Interna, Álvaro Cunhal, Melo Antunes e Assuntos Sociais.

- 1.13. O Ministro Magalhães Mota defendeu que o inquérito seria insuficiente até porque outros inquéritos instaurados ainda não são conhecidos publicamente nem se-

./.



SECRETO

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Ministro

4

quer nas suas conclusões. Também lhe parece insuficiente a simples condenação por parte do Governo. Assim, propôs que os processos relativos aos indivíduos presos fossem enviados a Tribunal, que os dirigentes e os movimentos que venham a verificar-se implicados sejam responsabilizados pelos prejuízos causados e que, como medida preparatória, seja efectuada uma busca na sede do MRPP para localização de armas e identificação de presumíveis culpados.

Quanto à possível interdição do MRPP e doutras organizações, entende que ela deve ser ponderada num enquadramento mais vasto, não devendo tomar-se qualquer decisão precipitada.

- 1.14. O Primeiro Ministro propôs, também, que fosse proporcionado, a um representante da C.D.S., acesso à televisão.
- 1.15. Após intervenções dos Ministros da Administração Interna, dos Assuntos Sociais e dos Negócios Estrangeiros, foi deliberado, por unanimidade:
 - a) Ler na TV um comunicado do Governo sobre os incidentes;
 - b) Haver também uma intervenção dum porta voz da CDS e intervenções de representantes dos Partidos de Coligação;



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Ministro

5

- c) Enviar a Tribunal, com rapidez, os processos dos implicados;
- d) Proceder, através do COPCON, à acção de busca na sede do MRPP.

1.16. Verificando-se, posteriormente, que o MRPP não tem sede mas instalações dispersas em vários centros universitários, considerou-se inoportuno realizar acções policiais dentro das instalações académicas.

Fundação Cuidar o Futuro

II. ORDEM DO DIA

2.1. Foi aprovada a sùmula das deliberações tomadas em 31 de Outubro, com o seguinte aditamento em relação ao ponto 9.2. alínea a):

"... uma vez que a situação desses 50 indivíduos, sob o ponto de vista de infracções à disciplina militar, é idêntica à de muitos outros será difícil justificá-la aos trabalhadores e em puro plano de justiça.

Os trabalhadores, e não a direcção do MES, comprometer-se-iam, sob pena de despedimento imediato, a não provocar quaisquer novos distúrbios ou agitações.

O problema está a originar já certa agitação na TAP".



SECRETO

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Ministro

6

2.2. Os Ministros Melo Antunes e da Economia exprimiram a sua discordância em relação à votação referida no ponto 2.

Foi-lhes referido que igualmente se tinham pronunciado contra a deliberação os Ministros Magalhães Mota, da Educação e Cultura e dos Assuntos Sociais mas que a deliberação existiu.

3.1. O Ministro Álvaro Cunhal deu conhecimento ao Conselho dos resultados da missão à UFSS que chefiei.

Foram, nomeadamente, salientadas as possibilidades de colaboração no sector cultural, comercial (vinhos, cortiça, amêndoa, confecções e calçado) e industrial, nomeadamente no sector de sienitos e a necessidade de acelerar um convénio comercial e um acordo cultural bem como de todo o processo continuar a ser coordenado a nível ministerial.

3.2. Intervieram no debate, os Ministros das Finanças, Magalhães Mota, Economia, Justiça e O Primeiro Ministro.

3.3. Foi deliberado que, para execução e coordenação das relações iniciadas, se constituísse um Grupo de Trabalho formado pelos Ministros Sem Pasta Melo Antunes e Álvaro Cunhal e Ministros da Economia, Finanças, Negócios Estrangeiros e Educação e Cultura.

./.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Ministro

7

4. O Conselho aprovou os termos do comunicado a emitir sobre o assalto à sede do C.D.S., que é do seguinte teor:

"O Conselho de Ministros, hoje reunido, apreciou os incidentes ontem ocorridos em Lisboa em que determinados grupos efectuaram um assalto à sede do C.D.S. e praticaram atentados contra pessoas e bens.

O Conselho de Ministros condena, energeticamente, as acções praticadas que não só são objectivamente proibidas pela lei penal como, politicamente, servem, nacional e internacionalmente, as forças reaccionárias, interessadas em estorvar e desprestigiar o processo de democratização e descolonização em curso no nosso país.

Os implicados serão remetidos aos tribunais competentes e responderão também pelos prejuízos causados.

A ordem democrática instaurada em 25 de Abril será mantida intransigentemente, assegurando-se, pelos meios adequados, o respeito e salvaguarda dos direitos e liberdade funda



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Ministro

8

mentais, que são condição da manutenção da democracia pluralista que ao Governo e ao MFA cumpre assegurar".

5.1. O Ministro da Economia deu conhecimento ao Conselho dos resultados da sua deslocação ao Conselho de Ministros da EFTA.

5.2. Intervieram no debate os Ministros Álvaro Cunhal, Finanças e Magalhães Mota.

6.1. O Ministro da Coordenação Interterritorial informou o Conselho sobre as actividades e principais problemas colocados ao seu Ministério.

Nomeadamente, deu conhecimento do estado adiantado de preparação do novo Estatuto de Angola e do da designação dum Alto Comissário para Cabo Verde.

Falou igualmente da conversão dos serviços do Ministério que poderá ter por embrião o Gabinete de Descolonização.

Está também em preparação uma revisão da legislação fiscal.

Também carece de revisão o diploma sobre funcionários e a sua obrigatoriedade ou não de permanência nas colónias tornadas independentes.

Foram abordados igualmente os problemas orçamentais



SECRETO

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Ministro

9

e económicos que justificam a criação duma comissão especializada a trabalhar sob a dependência do Gabinete de Descolonização.

Finalmente, abordou os problemas de ordem pública verificados em Moçambique e as suas consequências no domínio da confiança da população branca e no aspecto económico uma vez que as depredações verificadas causaram prejuízos da ordem dos 5 a 10 milhões de contos.

Fundação Cuidar o Futuro

- 6.2. Intervieram no debate os Ministros dos Assuntos Sociais, Álvaro Cunhal, Melo Antunes, Finanças, Educação e Cultura, Primeiro Ministro, Economia e Equipamento Social.
- 6.3. O Conselho deliberou constituir uma comissão para a coordenação de negociações no domínio financeiro e económico, proposta pelo Ministro das Finanças.
- 7.1. O Ministro da Administração Interna colocou ao Conselho os problemas referentes à execução do cumprimento dos prazos para a lei eleitoral e a necessidade de publicação de leis especiais a cargo dos Ministérios dos Negócios Estrangeiros e da Coordenação Interterritorial.



SECRETO

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Ministro

10

8. O Ministro da Administração Interna colocou também o problema da prioridade da reformulação das polícias.
9. Foi deliberado transferir para a próxima agenda os pontos não discutidos, efectuando-se a discussão das leis orgânicas do Ministério do Trabalho após reunião a efectuar entre os Ministros das Finanças, Equipamento Social, Assuntos Sociais e Trabalho.

III. DEPOIS DA ORDEM DO DIA

Fundação Cuidar o Futuro

10. O Ministro dos Negócios Estrangeiros solicitou ao Conselho autorização para que o Embaixador de Portugal na URSS fosse também Embaixador na Mongólia. O Conselho deliberou, por unanimidade, que assim se fizesse.
11. O Ministro dos Negócios Estrangeiros chamou também a atenção do Conselho para uma intervenção feita pelo Embaixador do Brasil solicitando que não fosse emitido um programa da TV sobre torturas no Brasil. O problema ficou de ser ponderado pelo Primeiro Ministro e Ministro Melo Antunes.